

BMJ RELATÓRIO

Semana Brasil-OCDE

24 de junho de 2022

O QUE VOCÊ PRECISA SABER

- O governo brasileiro e a OCDE organizaram a Semana Brasil-OCDE. O evento marcou o início das negociações técnicas sobre a acessão do Brasil à entidade.
- Representantes da OCDE destacaram pontos de atenção para o governo brasileiro como controle da pressão inflacionária, contenção de vulnerabilidades externas e fortalecimento do ambiente fiscal via controle dos gastos estatais.
- O Secretário Lucas Ferraz destacou algumas iniciativas que demonstram o compromisso do governo com a abertura comercial, tais como as reduções da Tarifa Externa Comum (TEC) e o avanço nas negociações de Acordos de Livre Comércio.

PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO INSTITUIÇÃO
Falilou Fall	Chefe Adjunto de Divisão; Departamento Econômico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Jens Arnold	Chefe Adjunto de Divisão, Departamento Econômico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Lucas Ferraz	Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SECEX/ME)
Robson Braga	Presidente da Confederação Nacional da Indústria
Javier Lopez Gonzalez	Analista de Comércio Sênior da OCDE
Fernanda Guardado	Diretora de Relações Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central
Alexandre Ywata	Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME)

RELATÓRIO

Entre os dias 20 e 24 de junho, foi realizado a **Semana Brasil-OCDE**. Tratou-se de uma série de encontros para promover discussões sobre temas de convergência regulatória e boas práticas governamentais no Brasil, América Latina e Caribe. O evento foi coorganizado pelo governo brasileiro e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Um de seus principais objetivos **foi apresentar e debater projetos, em curso e finalizados, realizados em cooperação entre o Brasil e a OCDE sobre tendências econômicas, governança corporativa, estrutura regulatória, educação, saúde, comércio e agricultura**. Os painéis celebrados no Fórum envolveram a participação de lideranças do setor público brasileiro, do Secretário-Geral da OCDE, Mathias Cormann, e seu secretariado, além de membros da iniciativa privada.

Durante o Fórum, o governo brasileiro e a OCDE também promoveram encontros bilaterais, a fim de debater as recomendações e exigências da entidade no âmbito do processo de acesso do Brasil.

O evento marcou o início das negociações técnicas sobre a acesso do Brasil à OCDE, e teve como base o roteiro aprovado na última reunião Ministerial do Conselho da entidade. A BMJ participou do Fórum e acompanhou de perto as principais questões endereçadas pelos representantes da OCDE, bem como os posicionamentos apresentados pelo governo brasileiro.

Painel 1: promovendo uma recuperação econômica resiliente, inclusiva e sustentável

De maneira geral, este painel teve como foco as políticas fiscais e monetárias implementadas pelo governo brasileiro nos últimos anos. Na oportunidade, destacou-se os desafios impostos pelo atual contexto global, bem como seus impactos para o país.

Falilou Fall, Chefe Adjunto de Divisão do Departamento Econômico da OCDE, mencionou que a cada dois anos a entidade realiza uma avaliação da economia brasileira. Destacou que, na última avaliação, verificou-se que as seguintes políticas macroeconômicas poderiam contribuir para a melhora do ambiente de negócios no país: **controle da pressão inflacionária, contenção de vulnerabilidades externas (taxas de câmbio) e fortalecimento do ambiente fiscal via controle dos gastos estatais**.

Por sua vez, Jens Arnold, também Chefe Adjunto de Divisão do Departamento Econômico da OCDE, salientou que as recentes reduções tarifárias realizadas pelo Brasil são positivas sob a ótica da Organização, considerando que **a entidade fomenta medidas facilitadoras e liberalizantes no comércio**. Ademais, pontuou que **o Brasil ainda está aquém do esperado em termos de participação no comércio internacional**, com potencial de expandir sua presença.

Arnold demonstrou preocupação com o fato de que o crescimento econômico brasileiro, atualmente, estar amparado na dinâmica demográfica, que conta com uma grande estrutura etária jovem. O palestrante chamou atenção para o fato de que esta realidade está mudando, vez que o país está envelhecendo e, portanto, destacou **a necessidade cada vez maior de se melhorar**

o nível de produtividade do país. Ainda sobre esse tema, Arnold classificou como fundamental o incentivo à concorrência e que o Brasil ainda tem uma regulação fraca neste campo.

Sobre a questão do meio ambiente, o representante da OCDE comentou que apesar de o Brasil possuir uma taxa de emissão de CO² inferior às apresentadas pela média dos países da entidade, **o Brasil vem apresentando tendência de alta**, enquanto a tendência, na OCDE, é de queda dessas emissões.

Em seguida, após a fala de Arnold, foi a vez de Alexandre Ywata, Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura da Sepec/ME, fazer suas considerações. A fala do Secretário foi direcionada às conquistas do atual governo. Assim, de acordo com Ywata, **o governo brasileiro implementou uma série de medidas que estão em consonância com os princípios da OCDE**, bem como auxiliam no processo de acessão do país.

Entre essas medidas, o Secretário destacou, por exemplo, **a Lei da Liberdade Econômica, os novos marcos legais das Startups, da energia elétrica, do gás e do saneamento básico, além de reduções das tarifas de importação e a retirada da base de cálculo do imposto de importação a taxa de capatazia.**

Representando a CNI, o Presidente da entidade, Robson Braga, **reforçou o posicionamento favorável da Confederação no que se refere à abertura comercial.** No entanto, **ressaltou a importância de uma maior participação do setor industrial nas negociações comerciais dos Acordos de Livre Comércio em andamento.**

O presidente da CNI afirmou, também, que os produtos da indústria nacional são altamente competitivos. Em sua visão, **sua perda de competitividade se dá quando esses produtos deixam as fábricas e se deparam com o chamado “Custo Brasil”,** com destaque para a questão tributária. Braga, portanto, explicitou o **apoio da CNI à aprovação da reforma tributária discutida no âmbito da PEC 110.**

Por fim, como última palestrante do painel, Fernanda Guardado perpassou pela atuação do Banco Central nos últimos anos. Guardado salientou que boa parte do ajuste feito na taxa básica de juros (Selic) foi realizado nesse semestre e, assim, a inflação ainda não apresentou as melhorias esperadas, mas que **a expectativa é que os resultados apareçam já nos próximos meses.** Antes de encerrar, Guardado ressaltou que **o BACEN está atento ao debate sobre sustentabilidade e que, inclusive, já conta com publicações anuais sobre o tema.**

Sessão sobre comércio desafios e oportunidades da transformação do comércio digital

Esta sessão buscou endereçar o tema da transformação digital, que tem alterado substancialmente o modo como fazemos comércio. Essas mudanças impõem novas oportunidades e desafios, o que implica em pensar em novas abordagens. Durante esta sessão, os palestrantes discutiram desafios e oportunidades que a transformação digital traz para o comércio do país, bem como as medidas que o governo tem tomado para se alinhar aos padrões internacionais.

O Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz, iniciou sua fala mencionando a elaboração do Digital Trade Review do Brasil a ser publicado pela Organização. **O**

documento fornecerá uma visão geral da participação do país no comércio digital e do ambiente regulador sobre o tema.

Ferraz destacou alguns pontos de melhoria que teriam sido implementados pelo governo, tais como **as reduções da Tarifa Externa Comum (TEC)**, com especial atenção aos bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação (TICs), classificadas pelo Secretário como feito histórico para o Brasil.

No que diz respeito a MERCOSUL, o Secretário comentou sobre as discussões para flexibilização das regras de origem que ocorrem no âmbito do bloco, frisando que este seria um entrave para modernização do bloco e nas negociações comerciais.

Relativamente aos acordos comerciais assinados recentemente pelo Brasil e àqueles em negociação, **Ferraz destacou que todos contam com um capítulo sobre comércio eletrônico e que o governo tem a preocupação de explicitar a regra de não tributação sobre transmissões eletrônicas**. Como exemplo, foram citados os acordos envolvendo a União Europeia, Coreia do Sul e Singapura.

Ainda sobre comércio eletrônico, o Secretário destacou que **o governo brasileiro é pautado pelo princípio da redução de impostos e pela não criação de novos encargos**. Nesse sentido, ao abordar o tema “De minimis”, salientou que **o governo trabalha para combater as fraudes apontadas por parte do setor privado, mas que não há intenção de impor tributos ao mecanismo**.

Em seguida, Javier Lopez Gonzalez, Analista de Comércio Sênior da OCDE, reforçou a fala de Ferraz no sentido de que seria importante **reduzir tarifas e barreiras comerciais no geral para bens e serviços TICs, ao mesmo tempo em que o país deveria prezar pela aplicação das regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**.

González destacou que é imprescindível realizar mudanças normativas para se adequar às necessidades do comércio eletrônico, bem como buscar **reduzir as desigualdades criadas pelo ambiente digital, a começar pelo amplo acesso à internet**.

Antes de encerrar sua fala, o representante da OCDE listou 4 recomendações-chaves ao governo brasileiro: **i) liberalização econômica, o que implica em manter as reduções tarifárias; ii) reforma da infraestrutura de transportes; iii) manter uma participação ativa nos fóruns internacionais sobre comércio eletrônico e; iv) aprofundar a transformação digital da população**.

Por fim, em conversas com representantes do governo brasileiro, **a BMJ averiguou que o Memorando Inicial para o processo de adesão do Brasil à OCDE será publicado até o próximo mês**. Nesse documento, o Brasil apresentará uma autoavaliação de suas políticas e práticas e sua relação com os instrumentos legais da OCDE. **O documento é imprescindível para o início das revisões técnicas pelos comitês da OCDE e sua publicação é um sinal de que o tema está sendo tratado como prioridade**.